

## Impacto das cooperativas na gestão orçamentária das escolas técnicas de ensino agrícola do Centro Paula Souza

PAULO ROBERTO PRADO CONSTANTINO

Centro Estadual de Educação tecnológica Paula Souza – SP - Brasil  
pconst@bol.com.br

ANTÔNIO CARLOS OTTOBONI DE OLIVEIRA

Centro Estadual de Educação tecnológica Paula Souza – SP - Brasil  
ottoboni\_ac@hotmail.com

**Resumo:** Analisa o impacto das cooperativas na gestão orçamentária das escolas técnicas [Etecs] ligadas ao Centro Paula Souza, demonstrando o cenário atual da educação profissional estadual. Por meio de uma pesquisa documental, detectou-se que a relação entre cooperativa-escola e as Etecs é importante e atualmente indissociável, pois a burocracia estatal impõe inúmeros compromissos que inviabilizariam a execução dos projetos produtivos e a dinâmica de escoamento da produção nas fazendas. Concluímos que as cooperativas contribuem para a redução dos problemas estruturais nas Etecs e o distanciamento entre a escola e o setor produtivo agrícola, evitando uma concepção do campo como espaço de atraso e promovendo-o ao posto de protagonista no cenário da economia brasileira nos últimos anos.

**Palavras-chave:** Educação profissional, cooperativa, financiamento público, ensino agrícola.

**Abstract:** *Analyzes the impact of cooperatives in management of public investments of vocational schools of Centro Paula Souza/Brazil, demonstrating the scenario of statewide vocational education. Through research, it was found the relationship between school and the school-cooperatives is important and currently inseparable, whereas the state bureaucracy imposes many obligations that would throttle the execution of productive projects and the distribution of the production on farms. We conclude that cooperatives contribute to reduce of the structural problems in Etecs and the gap between the school and the productive sector, avoiding a conception of country as a space of delay and promoting him to the protagonist in the scenario of the Brazilian economy in recent years.*

**Keywords:** *Vocational education, cooperatives, public investments, agricultural teaching.*

### 1. Introdução

O presente texto tem por objetivo analisar o impacto das cooperativas-escola na gestão orçamentária das escolas técnicas ligadas ao Centro Paula Souza, demonstrando um recorte sobre a situação da educação profissional agrícola no Estado de São Paulo.

Analisar as condições financeiras de uma escola agrícola torna-se pertinente ao reconhecermos, conforme a informação de Winckler e Santagada (2012), extraída dos

relatórios do Ministério da Educação em 2010 – que os cursos técnicos em Agropecuária (desconsideradas as habilitações técnicas correlatas, como Agroindústria, Cafeicultura) apresentam o terceiro maior número de matrículas no Brasil, 41.057, respondendo por 6,9% do total de matrículas no ensino técnico de todo o país.

Estimular tal reflexão é pertinente, especialmente ao consideramos que “é no financiamento que se materializam as reais prioridades e não nos discursos”. (PERONI, 2003, p.119). Lançar um olhar para o contexto da educação profissional agrícola brasileira à luz de autores como Therrien e Damasceno (1993) ou Sobral (2009) deve nos permitir

evidenciar alguns problemas advindos da introdução do ensino técnico agrícola numa cultura ainda marcada, com grande ênfase, numa certa tradição bacharelesca, remontando à época colonial e à formação social baseada em relações de trabalho escravistas, em que o fazer era desqualificado e não digno para pessoas livres e cultas. Nesse sentido, qualquer modalidade de formação agrícola de nível médio veio carregando, ao longo de sua evolução, uma característica marginal, mesmo quando a economia se baseava na agricultura. (SOBRAL, 2009, p.93).

As demandas produtivas do agronegócio brasileiro e a dinâmica atual do mundo do trabalho têm aproximado os trabalhadores da área agrícola do contexto escolar, ao reconhecermos que

a função da educação se torna mais importante na preparação da força de trabalho, uma vez que as habilidades requeridas do novo trabalhador são muito relacionadas com aquelas desenvolvidas na escola, isto é, responsabilidade, capacidade de abstração, de resolver problemas, de trabalhar com símbolos e compreensão de textos abstratos, entre outras. (SALGADO, 1997, p. 87).

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96, o ensino agrícola deve possibilitar a articulação de uma educação profissional voltada à formação do aluno de forma integral (BRASIL, 1996). Tal análise, aliada à “modernização na agricultura, a transformação tecnológica no meio rural, a tecnificação crescente e a ‘Revolução Verde’ ” (SOBRAL, 2009, p.93), foram condicionantes para que o cenário produtivo brasileiro demandasse um profissional que promovesse um novotipo de extensão rural.

Atualmente, a responsabilidade pela oferta de educação escolar no país

é compartilhada pelos três níveis governamentais, com as definições de etapas do ensino de atuação prioritária, para estados e municípios, e de prestação de assistência aos governos subnacionais pela União. As prioridades dos estados são o ensino fundamental e o ensino médio, e as prioridades dos municípios são a educação infantil e o ensino fundamental. (...). Embora estabelecidas prioridades, a diretriz-base da organização dos sistemas de ensino é o regime de colaboração. (RIBEIRO et al., 2012, p.112)

As escolas agrícolas, mesmo ligadas aos sistemas de ensino federais ou estaduais, encontram dificuldades em usufruir de políticas específicas que atendam suas demandas peculiares. Deste modo, a importância de contar com a participação das cooperativas-escola para a gestão orçamentária das unidades tem se apresentado como um fator recorrente, especialmente no contexto da instituição focada. Por motivos óbvios do alcance deste texto, não nos deteremos na discussão das políticas públicas atuais ou anteriores, como o COAGRI ou o PRONATEC, e nem realizaremos comparações entre unidades escolares agrícolas da instituição, pois se configuraria em um campo vasto para exame e seria necessário estender demais o espectro deste trabalho. Nos deteremos em uma breve análise orçamentária de uma Etec escolhida para tal fim, da qual espera-se obter um retrato de um microcosmo que espelha uma estrutura maior e recorrente, sobre a qual será possível estender generalizações.

## 2. Referencial teórico

### 2.1 Sobre a instituição focada e o contexto de suas escolas agrícolas

Antes de passarmos a uma breve análise da instituição focada, precisamos considerar que o financiamento da Educação Profissional no Brasil ocorre em uma trama complexa, onde os recursos estão inseridos

ao mesmo tempo na educação básica e na educação profissional e tecnológica. Parte do financiamento do ensino técnico de nível médio foi resolvido com sua inserção na educação básica e, por consequência, no Fundeb, que substituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef), conforme já abordado na seção anterior. (RIBEIRO et al, 2012, p.118).

O Estado de São Paulo investe, de forma prioritária, seus recursos destinados à educação profissional em uma instituição autárquica de educação profissional pública, o Centro Paula Souza. Conforme informação em seu *website*, o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS) iniciou suas atividades em seis de outubro de 1969, como uma entidade destinada a articular e desenvolver a educação técnica e tecnológica de nível Médio e Superior. Atualmente ligada à Secretaria do Desenvolvimento do Estado de São Paulo, mantém 211 Escolas Técnicas (Etecs) e 56 Faculdades de Tecnologia (Fatecs) em funcionamento em mais de 220 municípios do Estado. No Ensino Técnico, em setores e eixos tecnológicos diversificados entre serviços, indústria, saúde e a produção cultural, o número de alunos matriculados ultrapassou 170 mil em diferentes habilitações, conforme informação da Unidade de Ensino Médio e Técnico da instituição em sua página oficial na internet (CETEC, 2013).

Distribuídas por todo o Estado, 35 destas escolas técnicas são consideradas de ensino agrícola. Estas unidades ofertam não somente os cursos do Eixo Tecnológico de Recursos Naturais, mas também outras habilitações ligadas aos diversos eixos previstos no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (MEC, 2012).

No ano de 2011, 9644 matrículas foram realizadas nas 35 Etecs agrícolas considerando-se apenas os seguintes cursos do eixo tecnológico: Técnico em Agricultura, Agroecologia, Agropecuária, Avicultura, Cafeicultura, Florestas e Zootecnia. Vale destacar que o curso Técnico em Mineração também ocorre na instituição, sendo oferecido em uma escola “urbana”. Além disso, Etecs “urbanas” oferecem habilitações correlatas que pertencem aos outros eixos tecnológicos, tais como as de Técnico em Agrimensura ou Agronegócio.

A despeito das Etecs agrícolas estarem ligadas a uma mesma instituição mantenedora, elas não apresentam um padrão homogêneo, pois

suas localizações nas diversas regiões do estado trazem, de início, diferenças significativas quanto às condições físicas da escola (tamanho da área, topografia, qualidade do solo, clima, disponibilidade de recursos hídricos), às características culturais e sociais dos agentes escolares e das comunidades envolvidos com a escola (como comparar comunidades do Vale do Ribeira com outras da região de Jundiaí ou do Pontal do Paranapanema?), e o próprio contexto político e econômico de cada região, inclusive quanto à presença de empreendimentos industriais, agroindustriais e de serviços. (BELEZIA, 2008, p.4).

A instituição Centro Paula Souza realiza investimentos em recursos humanos e materiais necessários às escolas técnicas e faculdades de tecnologia congregadas, atuando como uma mantenedora permanente do ensino público no Estado de São Paulo, o que se configura no repasse anual dos seguintes montantes:

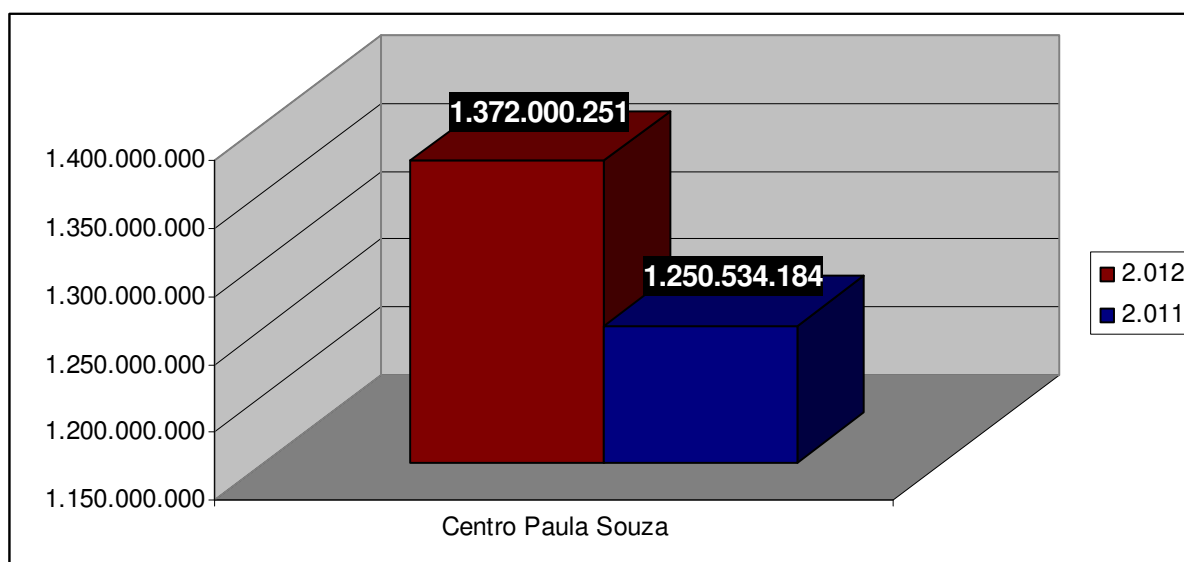


Figura 1: Repasse do Governo Estadual ao Centro Paula Souza para a execução do Ensino Profissional (nos últimos dois anos, em bilhões de reais)

Passaremos a analisar a gestão orçamentária de uma escola técnica escolhida para tal fim. Não obstante a notória publicidade dos balanços financeiros e contas de todas as Etecs que estão sob responsabilidade do Centro Paula Souza, com a finalidade de resguardar os dados privativos da unidade em questão, nos referiremos à unidade selecionada para observação como “Etec X”.

## 2.2 Cooperativismo nas Escolas Técnicas do Centro Paula Souza

As cooperativas foram implantadas nas escolas técnicas do Centro Paula Souza em 1994, como entidades auxiliadoras do processo de ensino e local propício para o desenvolvimento do cooperativismo. Originalmente, foram concebidas para serem “uma sociedade formada por alunos, destinando aos professores, funcionários e gestores da escola o papel de orientadores e apoiadores no processo educacional.” (BELEZIA, 2008, p.9). Sendo uma das coordenadoras responsáveis pelo projeto de implantação, Belezia (2008) relata-nos que a cooperativa-escola nas Etecs:

tem dupla finalidade: didático-pedagógica, por constituir-se de laboratório prático para fixação e experimentação dos conceitos teóricos, e de manutenção da residência e da fazenda, com geração de excedentes para comercialização, e ainda, (...) apoiar os alunos que residem na escola disponibilizando-se para desenvolver e apoiar os projetos agropecuários. (BELEZIA, 2008, p.3).

Podemos empregar, uma vez mais, a descrição de Belezia (2008) que resume a estrutura de uma cooperativa-escola ligada às Etecs no Centro Paula Souza. Elas são legalmente constituídas por:

- Assembleia Geral, constituída por todos os cooperados, é o órgão supremo da cooperativa. Tem entre suas atribuições a definição das políticas de atuação da Cooperativa, a eleição anual dos Conselhos de Administração e Fiscal e a aprovação anual das contas;
- Conselho Fiscal, constituído de acordo com a Lei nº 5764/71, com três conselheiros titulares e três suplentes, tem a função de fiscalizar as operações, atividades e serviços da Cooperativa e analisar os saldos, balanços e balancetes da sociedade;
- Conselho de Administração, constituído por cinco cooperados (Presidente, Vice-Presidente, Secretário e dois vogais), é responsável pela gestão da cooperativa, desde a elaboração de um plano de trabalho anual, o planejamento dos projetos, a execução, controle e comercialização dos produtos.

- Comissão Técnica de Apoio e Execução – COTAE, constituída por alunos com atribuições de assessorar o Conselho de Administração e colaborar na execução das atividades;
- Comitê Educativo – comissão permanente de associados com objetivo de representar os cooperados junto ao Conselho de Administração nas suas reivindicações e sugestões, além de responsabilizar-se pela comunicação e pela educação cooperativista. É composto por três alunos de cada classe. (BELEZIA, 2008, p.9).

As práticas cooperativistas são realizadas pelos alunos de todas as séries e módulos dos cursos relacionados aos cursos agrícolas, além de ser campo para estágios e ações voluntárias. Além do envolvimento nas aulas práticas e projetos produtivos, o cooperativismo desperta nos alunos o senso de responsabilidade para o trabalho (MARQUES e LOVE, 1993), pois todos podem tomar parte no projeto como administradores diretos. Outro ponto importante na formação dos alunos reside no fato das cooperativas-escola incluírem

um permanente debate sobre o seu papel na formação do técnico agrícola dentro do contexto social em que se dá esta formação, o que contribuiria para fortalecer as relações com a comunidade local e para definir, com maior clareza, as alternativas de permanência dos filhos dos agricultores na terra e a contribuição que o cooperativismo poderia dar para o alcance deste objetivo. (RIBEIRO, 2007, p.112).

Desta feita, a Cooperativa-Escola participa ativamente no processo de ensino e aprendizagem, como um organismo responsável pela viabilização das atividades da Escola, inserindo-a na realidade do mercado e tornando ágil a administração e gestão dos recursos disponíveis, evitando a excessiva burocracia estatal e dando oportunidades aos alunos de atuarem nos processos produtivos de forma integral e participativa.

### 3. Metodologia

Para poder reconhecer as implicações da cooperativa-escola na gestão orçamentária de uma escola técnica agrícola, além da observação direta realizada pelos autores, fruto do trabalho de supervisão educacional realizado especificamente em duas regiões administrativas do Estado de São Paulo, revelou-se necessário um aprofundamento nos documentos escolares, que permitisse uma análise de dados pormenorizada. Para tanto, a metodologia adotada foi a pesquisa documental, nos moldes apresentados por Marconi e Lakatos (2001) e Tozoni-Reis (2010), por termos considerado a estratégia mais adequada para a condução da investigação científica, caracterizada

pelo fato de que a fonte dos dados, o campo onde se procederá a coleta dos dados, é um documento (histórico, institucional, associativo, oficial etc.). Isto significa que a busca de informações (dados) sobre os fenômenos investigados é realizada nos documentos que exigem, para a produção de conhecimentos, uma análise, no caso, a documental. (TOZONI-REIS, 2010, p.141).

Seu desenvolvimento deu-se durante um tempo relativamente curto, de quatro meses durante o ano de 2012, para estabelecer um conjunto de reflexões que pudessem ser sistematizadas e expostas no presente artigo. Restringiu-se a pesquisa a uma unidade escolar, devido ao escopo e limites estabelecidos pelos autores, mas também por reconhecer, pelo contato permanente com ao menos 14 das 35 escolas agrícolas da instituição, que os modos de gestão financeira entre as Etec são muito semelhantes e, portanto, apresentariam resultados e comportamentos assemelhados quanto ao

relacionamento escola-cooperativa, variando apenas no montante de recursos movimentados de acordo com o tamanho da escola-fazenda.

#### 4. Discussão

Para definir o que é orçamento público de uma escola, sobre o qual se desvela a gestão orçamentária de uma 'Etec Agrícola', conforme o exposto por Lima e Castro (2010), precisamos entender que se trata do

planejamento feito pela Administração Pública para atender, durante determinado período, aos planos e programas de trabalho por ela desenvolvidos, por meio da planificação das receitas a serem obtidas e pelos dispêndios a serem efetuados, objetivando a continuidade e a melhoria quantitativa e qualitativa dos serviços prestados a sociedade. (LIMA e CASTRO, 2000, p.19 apud ÁVILA, 2011, p.14).

A instituição mantenedora pertence à esfera estadual (GRABOWSKI et al., 2010), logo, do Estado advém a maior parte dos recursos disponíveis. Salários de professores, investimento em infraestrutura, espaço físico e as despesas correntes do processo de ensino e aprendizagem são financiadas diretamente pelo Centro Paula Souza. Além disso, as escolas técnicas realizam, anualmente, um levantamento de prioridades, organizado pela direção escolar por meio de reuniões com a equipe gestora e o conselho escolar e em consultas formais e informais à comunidade discente, com vistas à elaboração do Plano Plurianual de Gestão (PPG) da escola, que contém também o Projeto Político-Pedagógico da Etec.

Mesmo contando com uma instituição mantenedora em comum, o Centro Paula Souza, a gestão orçamentária das escolas técnicas agrícolas apresenta peculiaridades que diferem da gestão das demais escolas urbanas, porque as primeiras:

- possuem uma “fazenda-escola” (SETEC, 2009, p.11), de tamanho variável;
- precisam de manutenção perene dos espaços físicos e locais de funcionamentos dos projetos produtivos, mesmo em períodos de recesso escolar;
- possuem máquinas, equipamentos e implementos agrícolas com finalidades de aprendizagem, que requerem o domínio de métodos e procedimentos adequados de manuseio, a fim de garantir a segurança dos alunos e professores envolvidos nas atividades pedagógicas;
- contam com alojamentos para alunos residentes em regime integral ou parcial, oriundos de outros municípios e estados, variando atualmente entre 20 até 190 residentes nas Etecs (podendo chegar à capacidade máxima superior a 300 em algumas unidades);
- por contarem com o sistema de residência dos alunos, possuem sempre um refeitório amplo, com o serviço de restaurante atualmente terceirizado em toda a rede;
- são unidades que ofertam cursos de ensino técnico integrados ao ensino médio (ETIM), o que demanda uma estrutura física mais ampla do que as Etecs que ofertam apenas cursos modulares, em formato concomitante ou subsequente;
- realizam parcerias com uma “Cooperativa-Escola”, empresa organizada e reconhecida sob o ponto de vista jurídico e financeiro, com fins pedagógicos.

Além destas particularidades citadas, é preciso considerar que a oferta e a melhoria da qualidade da educação no campo “exigem ações básicas como a construção e equipamentos (...), a formação dos professores, a aquisição e elaboração de material

didático específico”. (CAVALCANTI et al., 2011, p.6). Para atender tais demandas, as receitas disponíveis para uma Etec Agrícola são:

*a) Adiantamento para Despesas Miúdas e de Pronto Pagamento*

O Adiantamento para Despesas Miúdas de Pronto Pagamento é uma verba que a unidade recebe para o custeio das despesas do mês que não possam aguardar os procedimentos licitatórios a serem realizados nos processos normais de compra. Estas despesas podem se efetuadas em artigos de papelaria, material de higiene e limpeza, gêneros alimentícios, peças de reposição e acessórios, suprimentos de informática, instalação e manutenção de equipamentos de informática, conservação de bens móveis e imóveis, entre outras despesas e serviços. Estas aquisições devem ser feitas em pequenas quantidades e pagas à vista, visando apenas o atendimento do consumo no mês.

A Etec “X” recebe o valor de R\$ 96.000 (noventa e seis mil reais) anuais, divididos em parcelas mensais. A prestação de contas das verbas de adiantamento é realizada mensalmente e enviada para a Administração Central do Centro Paula Souza - Núcleo de Tomada de Contas - para conferência.

*b) Recursos providos pela Associação de Pais e Mestres (APM)*

A Associação de Pais e Mestres (APM) é uma instituição auxiliar da escola, sem fins lucrativos, que tem por finalidade colaborar no aprimoramento do processo educacional, na assistência aos alunos e na integração entre família, escola e a comunidade.

Conforme a descrição dos balancetes anuais consultados, as fontes de recursos da APM provém das inscrições de candidatos no Vestibulinho das Etecs, além de contribuição voluntária dos alunos no ato de matrícula, de taxas arrecadadas com a administração da cantina, inscrições de candidatos em Processos Seletivos e Concursos Públicos Docentes da Etec e possíveis parcerias firmadas com empresas.

Os recursos da APM auxiliam a unidade a manter, mensalmente, provedores adicionais de internet, manutenção dos elevadores, despesas com o alarme monitorado instalado na escola. Semestralmente, o recurso é investido na execução do Vestibulinho (divulgação, pessoal de apoio), confecção de carteirinhas de estudante, assinaturas de jornais e revistas para a biblioteca. Eventualmente aplicam-se os recursos na aquisição, instalação e manutenção de equipamentos diversos. Os recursos também propiciam a participação dos alunos em eventos, visitas técnicas e suportam a realização de eventos na Unidade (Festa Junina, Workshops, Feiras Tecnológicas, Semanas Temáticas, etc).

As escolas agrícolas contam com APMs que, em geral, apresentam-se menos atuantes do que nas escolas urbanas, devido ao fato da cooperativa-escola absorver boa parte de suas funções. Isto explicaria a menor participação das APMs nos orçamentos das escolas técnicas agrícolas em relação às cooperativas.

*c) Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)*

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), mantido pelo governo federal, coordena um repasse anual de recursos, “cuja utilização deve ser feita de acordo com as decisões dos órgãos colegiados da escola” (LÜCK, 2009, p.112).

A unidade escolar em questão não estava cadastrada no PDDE, portanto, não recebeu os referidos repasses.

*d) Cooperativa-Escola*

A cooperativa-escola pode negociar os excedentes da produção da fazenda-escola, além de recolher colaboração dos alunos residentes para a manutenção dos alojamentos. Seus investimentos estão diretamente ligados às demandas da fazenda escola (funcionários, insumos, material para as aulas práticas dos alunos), mas abarcam boa parte das funções descritas para as APMs, conforme relatado nos tópicos anteriores.

Postos estes termos, eis a apresentação resumida dos montantes envolvidos no orçamento anual da Etec X em 2011, conforme disposto nos gráficos e tabelas seguintes:

Tabela 4: Resumo dos recursos obtidos pela Etec X em 2011

Descrição dos recursos	Recursos (em R\$)
Aluguel Cantina	
Contribuição de alunos e docentes	
Repasses de concurso docente	
Repasses do vestibulinho	
<b>Recursos mobilizados pela APM</b>	<b>15.000,00</b>
Repasse (DMPP) despesas miúdas de pronto pagamento	96.000,00
Repasse (PDDE) Programa Dinheiro Direto na Escola	0,00
<b>Repasses Governos (Federal/Estadual)</b>	<b>61181,40</b>
<b>Cooperativa-Escola</b>	<b>153.165,44</b>
<b>Recursos financeiros recebidos apenas em 2011</b>	<b>264.165,44</b>

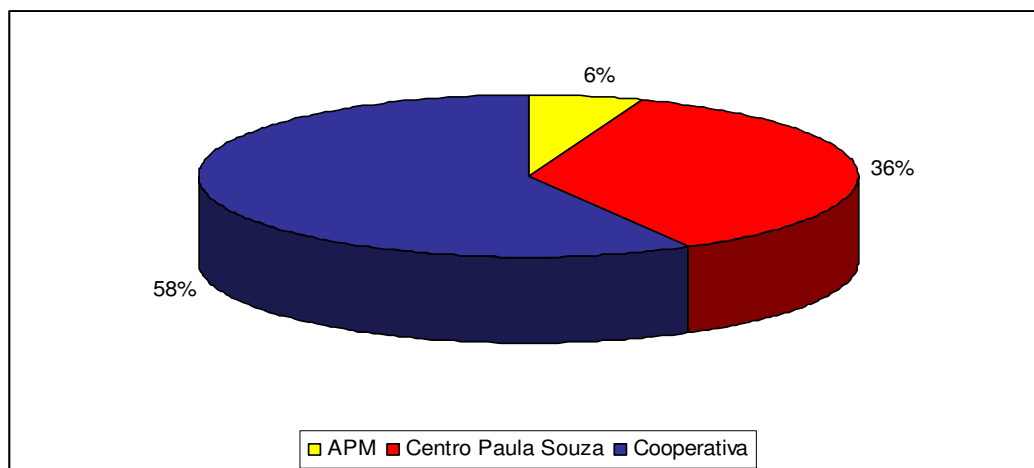


Figura 5: Participação na composição da receita obtida pela Etec X em 2011

Tabela 6: Resumo das despesas e receitas da Etec X em 2011

Descrição	Valores (em R\$)
<b>Recursos financeiros disponíveis na Etec X em 2011 – Total</b>	<b>264.165,44</b>
<b>Despesas da Etec X em 2011</b>	<b>260.379,30</b>
Saldo da Cooperativa (considerando que todas as receitas oriundas da APM e DMPP foram empregadas) para o início de 2012	3.786,14
Montante das despesas fixas do Centro Paula Souza (manutenção, folha de pagamento, reformas) com a Etec “X” em 2011	1.033.565,12

Observamos que a unidade emprega integralmente as receitas obtidas junto ao Centro Paula Souza e a APM. Note-se que a cooperativa conseguiu manter um reduzido excedente, que serve como reserva para o início do ano seguinte, para pequenas despesas administrativas ou emergências com os materiais necessários à fazenda-escola. Os detalhes dos balancetes da Etec “X”, da cooperativa e da APM são divulgados aos alunos e demais cooperados mensalmente, para que o devido acompanhamento das



condições orçamentárias da escola e de seus organismos parceiros sejam públicos e objeto de apreciação da comunidade escolar.

## 5. Conclusão

A relação da cooperativa-escola com as Etecs é importante e atualmente indissociável no cenário do ensino agrícola. Percebe-se que a unidade escolar analisada adotou a cooperativa como um órgão paraescolar, mais do que um parceiro de negócios, pois verificou-se que nesta relação com a cooperativa que a fazenda-escola acaba sendo gerida, que os projetos produtivos são realizados e as práticas pedagógicas tornam-se realidade para os alunos, em um momento onde procuram-se oportunidades para a construção de um currículo significativo para as habilitações técnicas agrícolas e para o ensino médio integrado.

A burocracia estatal, que obriga as escolas a ficarem retidas em inúmeros compromissos que inviabilizariam a execução dos projetos produtivos e a dinâmica de escoamento da produção na fazenda, é uma inimiga natural do ensino agrícola no século XXI. A estrutura burocrática impede que os recursos sejam empregados na escola de acordo com as necessidades decorrentes da sazonalidade da produção agrícola (MARQUES e LOVE, 1993). Ganhar tempo e agilidade nos processos é um objetivo desejável em um mundo onde as relações produtivas são pautadas pela máxima eficiência com o mínimo de tempo e recursos despendidos.

Finalmente, constatou-se que a cooperativa, ao apoiar as escolas técnicas com um aporte financeiro que pode chegar a compor mais da metade da receita disponível, contribui para a redução dos problemas estruturais nas unidades e do distanciamento da escola em relação aos setores de atividades agrícolas, evitando uma concepção do campo como espaço de atraso e promovendo-o ao posto de elemento propulsor e sustentador do cenário favorável da economia brasileira nos últimos anos.

## Referências

ÁVILA, C. A. (2011), *Gestão Orçamentária e Financeira*, Curitiba: Instituto Federal do Paraná.

BELEZIA, E. C. Cooperativa-Escola: instrumento para o desenvolvimento de competências pessoais e profissionais. In: *Anais do V Encontro de Pesquisadores Latino-Americanos de Cooperativismo*. USP – FEA/RP. Ribeirão Preto: USP, 2008.p.01-19.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96. *Diário Oficial da União*. Brasília, 24 de dezembro de 1996.

CAVALCANTI, C.R. *et al.* Implicações do FUNDEF e do FUNDEB para a educação no campo do Maranhão. In: *Anais da V Jornada Internacional de Políticas Públicas*. Universidade Federal do Maranhão. São Luís: UFM, 2011.p.01-09.

CETEC. *Banco de Dados do Ensino Técnico no Centro Paula Souza*. Disponível em <<http://www.cpscetec.com.br/bdcetec>> Acesso em 03 de junho de 2013.

GRABOWSKI, G; RIBEIRO, J. A. R.; SILVA, D. S. *Financiamento da educação profissional no Brasil:contradições e desafios*,Porto Alegre:Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

LÜCK, H.*Dimensões de gestão escolar e suas competências*, Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E. M. *Metodologia do trabalho científico*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARQUES, P.V.; LOVE, H.G. Cooperativa-escola nas Escolas Técnicas Agrícolas.*Sci. agric.* [online]. Piracicaba, 1993. pp. 509-516. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_pdf&pid=S010390161993000300028&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S010390161993000300028&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em 02 de junho 2013.

MEC / SETEC. *Catálogo Nacional de Cursos Técnicos*.Brasília: MEC, 2012. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/catalogonct/>> .Acesso em 03 de junho de 2013.

\_\_\_\_\_.*Ressignificação do Ensino Agrícola da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica*,Brasília: UFSM, 2009.

RIBEIRO, J.A.R *et al.* *Financiamento da Educação Básica e Profissional*. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/2638/3063>>.Acesso em20 de maio de 2013.

RIBEIRO, M. O Cooperativismo na Formação do Técnico Agrícola: contradições da cooperativa-escola. In: *Cadernos de Educação*.jan./jun. 2007. Pelotas: FaE/PPGE/UFPel, 2007. p. 85-117.

SALGADO, M. U. C. O novo paradigma da organização do trabalho e a formação profissional na área da saúde. In: AMÂNCIO FILHO, A.; MOREIRA, M. C. G. B. (Org.). In: *Saúde, trabalho e formação profissional*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997. p. 83-91.

SOBRAL, F. J. M. Retrospectiva Histórica do Ensino Agrícola no Brasil. In: MEC/SETEC. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica v. 2, n. 2. Brasília: MEC/SETEC, 2009. p. 78 -95.

TERRIEN, J; DAMASCENO, M. (orgs). *Educação e escola no campo*. Campinas, Papirus, 1993.

TOZONI-REIS, M. F. C. A pesquisa e a produção de conhecimentos. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Prograd. *Caderno de formação: formação de professores – educação, cultura e desenvolvimento*.v. 3. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p.111-147.

WINCKLER, C. R.;SANTAGADA, S. A educação profissional técnica de nível médio no Brasil: transição para um novo modelo?. In: FEE. *Revista Indicador Econômico FEE*.Porto Alegre: vol. 39, n.3, 2012. p. 97-110. 2012. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/2631/3062>> Acesso em20 de maio de 2013.